

Universidade de Brasília

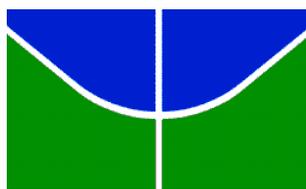
Instituto de Ciência Política

**Direita Radical Populista: um estudo sobre as  
idiossincrasias de uma nova família de partidos no  
Brasil**

Pedro Rodrigues Guedes Frei

Brasília – DF

dez/2023



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

**Direita Radical Populista: um estudo sobre  
as idiossincrasias de uma nova família de  
partidos no Brasil**

Pedro Rodrigues Guedes Frei

Monografia apresentada ao Curso de  
Ciência Política, do Instituto de Ciência  
Política, Universidade de Brasília, como  
requisito parcial para obtenção do grau de  
Bacharel em Ciência Política sob a  
orientação do professor André Borges

Brasília – DF

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>Conceito e contextualização</b> .....	<b>6</b>
<b>Partidos de Direita Radical Populista</b> .....	<b>6</b>
<b>Ascensão dos PDRP's</b> .....	<b>9</b>
<b>Contexto Brasileiro</b> .....	<b>12</b>
<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>15</b>
<b>RESULTADOS</b> .....	<b>19</b>
<b>Pesquisa PELA</b> .....	<b>22</b>
<b>Instituições</b> .....	<b>23</b>
<b>Figuras Políticas</b> .....	<b>26</b>
<b>Lava Jato</b> .....	<b>27</b>
<b>Comportamento</b> .....	<b>28</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>29</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>31</b>
<b>LISTA DE PARTIDOS</b> .....	<b>35</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>36</b>

## Introdução

A eleição brasileira de 2018 foi incomum. Depois de anos de agitação social, com grandes manifestações marcando o ano de 2013 e o biênio 2015-2016, e crises políticas, com a revelação de escândalos de corrupção que envolviam membros destacados da política nacional, e econômicas, com aquela que foi a maior recessão da história do país, instalou-se junto à população um sentimento de “*que se vayan todos*”<sup>1</sup>, com grande insatisfação com a classe política e os rumos do país.

Esse contexto, aliado a uma eficiente campanha digital (MELO, 2020; EMPOLI, 2020; CHAGAS, 2021), algo até então inédito no Brasil, levou à vitória de um candidato até então pouco conhecido do público geral, que se promoveu como anti-sistema (apesar de ocupar cargos públicos desde a redemocratização) e prometeu acabar com “tudo isso que está aí”.

A sua eleição foi uma surpresa por representar uma completa quebra com o que vinha ocorrendo no país desde 1994, com a manutenção de uma disputa entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em disputas presidenciais, candidatos vencendo sendo apoiados por um amplo arco de alianças partidárias, muitos recursos financeiros e tempo de televisão, além de todos terem sido de tendência centrista (NICOLAU, 2020).

Bolsonaro, capitão reformado, não representava nada disso, tampouco tinha tais recursos à mão. Apologista da ditadura militar, o ex-deputado federal se candidatou encarnando um discurso liberal na economia e conservador nos costumes, sendo balizado por figuras como o economista Paulo Guedes e o ex-juiz Sergio Moro, com pouquíssimo tempo de propaganda eleitoral na televisão, nenhuma grande aliança e fora de partidos grandes – afinal, foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL).

Advém daí outra surpresa, com o partido elegendo, naquele momento, a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, um grupo repleto de *outsiders* e participantes dos novos movimentos de direita que vinham surgindo no país (ROCHA, 2021). Contudo, o movimento bolsonarista não se restringiu apenas ao PSL, com muitos candidatos tendo modelado seu discurso para se unir à onda que tomou o país naquele ano.

---

<sup>1</sup> Expressão que surgiu na Argentina, após o fracasso do chamado *corralito*, que demonstrava a insatisfação da população com a classe política, com populares dizendo que todos os políticos tinham que sair - uma vez que, na visão destes, nenhum deles é capaz de resolver os problemas da população (FIGUEIREDO, 2023).

A partir daquele momento, se familiarizar com os conceitos que envolvem o bolsonarismo se tornou um fator premente para se entender o cenário político do país, o que ainda é válido, uma vez que as eleições de 2022 demonstraram como esse grupo se consolidou como uma força política relevante.

Contudo, o que é o bolsonarismo? A pergunta é importante, dado que o fenômeno eleitoral de um candidato anti-sistema, com grande popularidade digital e retórica inflamada não é exclusivo ao Brasil, sendo observado em diferentes casos pelo mundo a partir da última década. Definir esse conceito se torna ainda mais importante quando pensamos do ponto de vista legislativo, uma vez que a base parlamentar do ex-capitão mudou bastante ao longo do governo.

Assim, nasce este projeto, que visa definir, a partir das características das elites partidárias, as características que definem o bolsonarismo, ou, mais precisamente, que o diferenciam da direita tradicional que dominava tal espectro político até as eleições de 2018, ano chave para entender a nova configuração da política no Brasil.

Para tanto, esse artigo se dividirá em quatro partes. A primeira terá como foco o enquadramento teórico do bolsonarismo, que, apesar das idiosincrasias que podem ser destacadas, acredito estar alinhado às características dos chamados partidos de direita radical populista (PDRP) – um conceito que não é novo, mas que explica muito dos fenômenos eleitorais que têm chegado ao poder, especialmente nos contextos europeu e americano. Também se dará destaque ao contexto que levou a ascensão destes partidos no mundo e, mais especificamente, na América Latina, buscando compreender, nos cenários micro e macro, a vitória dos PDRP no Brasil.

A segunda parte terá como foco a metodologia a ser aplicada em tal pesquisa, que será feita a partir do perfil de deputados federais eleitos em 2018 e das repostas destes à *survey* PELA, realizada pelo Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), através dos quais buscar-se-á analisar as características da base parlamentar que primeiro abrigou as ideias de Jair, composta, principalmente, por parlamentares que se encontravam nos partidos PDRP até a filiação de Bolsonaro ao Partido Liberal (PL), em 2021.

A terceira e a quarta partes trarão, respectivamente, os resultados encontrados na pesquisa e a conclusão que pode ser tomada a partir deles. Baseado na pesquisa de Borges (2023), realizada com eleitores da direita radical populista, buscando entender suas características, pode-se dizer que se espera que os políticos analisados apresentem ideias anti-partidárias, anti-petistas e a favor da Operação Lava Jato, corroborando com

seu eleitorado. Além disso, a hipótese provisória é de que estes serão, em sua maioria, *outsiders*, que apresentarão, a princípio, uma conexão programática com o eleitor.

O teste dessas hipóteses é necessário para se entender como se organiza e como atua o bolsonarismo, movimento que, ao acabar com o fenômeno da “direita envergonhada”, acabou dominando tal espectro político, em uma polarização que se intensifica cada vez mais com o PT. Dessa forma, pode-se dizer que, buscar entender o bolsonarismo é buscar entender o futuro da política brasileira<sup>2</sup>

## Conceito e contextualização

O Brasil vem atravessando um período de decadência democrática, com uma porção de exemplos podendo ser dada nesse sentido – do jogo duro constitucional usado no processo de *impeachment* ao conflito entre poderes observado nos últimos anos. Contudo, a maior evidência desse processo é, talvez, a ascensão de um grupo político ligado à direita radical populista à presidência da República, até então o único da região a conseguir tal façanha (ZANOTTI e ROBERTS, 2021).

Mas por que isso ocorreu? Quais foram as condições que levaram à eleição de Jair Bolsonaro? Este é um caso único no mundo, ou podemos encontrar exemplos similares em outras regiões? Para responder essas perguntas, temos primeiro de entender o que são partidos de Direita Radical Populista e porque podemos colocar o bolsonarismo nesse enquadramento conceitual.

## Partidos de Direita Radical Populista

O espectro político é amplo e abriga uma grande miríade de ideologias, doutrinas e, é claro, famílias de partidos – dentre as quais se encontra a relativamente nova, e bastante bem sucedida, família dos partidos de direita radical populista. De certo modo, essas podem ser descritas como grupos de partidos que atuam de maneira similar, com base em uma mesma gama de princípios e fundamentos, com o caso aqui tratado não sendo uma exceção.

Para o cientista político neerlandês, Cas Mudde (2007), partidos podem ser caracterizados como radicais quando são opositores de “alguns pontos fundamentais da

---

<sup>2</sup> Independente do que aconteça no futuro político de Jair Bolsonaro, mesmo tendo seus direitos políticos cassados até 2030 (MARTINS, PERON e PIMENTA, 2023), inaugurou uma tendência na política nacional que provavelmente perdurará por algum tempo.

democracia liberal, mais notoriamente pluralismo político e a proteção constitucional de minorias” (MUDDE, 2007, p. 25), mas continuam disputando eleições, buscando alterar o sistema político através do próprio – uma diferença substancial entre esse grupo e grupos extremistas.

Nesse sentido, partidos de direita radical populista são marcados, para além de sua radicalidade, por três características fundamentais, ainda de acordo com Mudde (2007; 2016): são nativistas, autoritários e populistas.

O nativismo aqui, deve ser interpretado de maneira mais ampla, uma vez que é um conceito que se aplica melhor à realidade europeia, mas que é adaptado por tais grupos em diferentes contextos. No conceito original de PDRP, formulado por Mudde, nativismo é um conceito classificado como uma “ideologia, que prega que estados devem ser habitados exclusivamente por membros do grupo nativo, sendo elementos não nativos uma ameaça para a homogeneidade dos estados nação” (MUDDE, 2007, p. 22) – podendo ser alternativamente descrito como “uma combinação de nacionalismo e xenofobia” (MUDDE, 2016, p. 296).

O conceito parece complexo, mas tem muito a ver com o surgimento dos PDRP’s, como veremos adiante. Aqui, elementos nacionalistas e xenófobos se unem para “combater” aquilo que pode representar uma ameaça externa ao grupo de eleitores cativo – algo muito ligado a imigrantes no contexto europeu. Como na América Latina a imigração não é um fator determinante, candidatos alinhados a tais grupos acabaram adotando esse discurso contra “ameaças internas”. Como mostram Zanotti e Roberts (2021), Kast e Bolsonaro seriam exemplos desse tipo de discurso, direcionando críticas e culpando grupos minoritários, como indígenas, feministas, a comunidade LGBTQIA+, a comunidade negra, entre outros, por diferentes problemas no país e os colocando como ameaças ao verdadeiro cidadão (tanto lá quanto cá)<sup>3</sup>.

O autoritarismo supracitado não diz respeito à relação desses partidos com o regime democrático, apesar de muitos na América Latina relativizarem os períodos autocráticos de seus respectivos países (como é o caso, por exemplo, de Kast, no Chile, Milei, na Argentina, e Bolsonaro, no Brasil). Na verdade, este aspecto está relacionado com as teses defendidas por tais partidos, com a dominância de um discurso de lei e ordem e de respeito a hierarquias sociais rígidas – com a implicação de que comportamentos que fujam a estas regras serão duramente punidos.

---

<sup>3</sup> Um exemplo claro disso se deu no Chile, quando Kast se direcionou aos indígenas Mapuche chamando-os de terroristas.

Nesse sentido, podem ser observados discursos onde esses partidos “criminalizam problemas sociais (como aborto, drogas e prostituição), peçam por penas maiores, menos direitos para criminosos e mais disciplina nas escolas” (MUDDE, 2016, p. 296). É comum também que relacionem tais questões com os grupos marginalizados que colocam como “inimigo” em sua visão, construindo uma relação causal entre as questões. Um exemplo famoso nesse sentido são os insultos de Donald Trump a mexicanos, acusando o país de “enviar drogas e estupradores através da fronteira” colocando sobre as costas destes problemas enfrentados por comunidades americanas, como a alta da criminalidade (SANDOVAL, 2015).

Já em relação ao populismo, a discussão é um pouco mais longa, dado que é um conceito complexo e de difícil definição, geralmente usado para definir adversários políticos de forma negativa, porém vaga.

O populismo pode definir diferentes estilos de atuação, como podemos observar ao longo da história do Brasil, em políticos como Ademar de Barros e Getúlio Vargas, os primeiros governantes populistas do país, Jair Bolsonaro e mesmo Luiz Inácio Lula da Silva, havendo a presença tanto de uma perspectiva inclusiva, como no último caso, quanto exclusiva (BARROS e LAGO, 2022; HAWKINS e KALTWASSER, 2017).

Hawkins e Kaltwasser (2017) vão argumentar ainda que o populismo pode ser caracterizado como: (i) uma definição econômica, a partir da qual seriam adotadas medidas macroeconômicas pouco eficientes, de resultado de curto prazo, visando ganhos eleitorais; (ii) uma perspectiva estruturalista, facilmente identificada nos governos de maior expressão popular da América Latina no século XX, Vargas e Perón, onde um movimento socialmente abrangente, com um líder carismático, de viés anti-*establishment* chega ao poder e adota políticas de substituição de importação<sup>4</sup>; e, por fim, (iii) uma estratégia política, na qual é formado um movimento de massas liderado por uma figura carismática que governa de maneira autoritária, com base em um discurso anti-*establishment*<sup>5</sup>.

Contudo, os autores destacam o populismo como uma ideologia (muitas vezes atrelada à outras), onde se vê o jogo político de maneira maniqueísta, como uma disputa do bem contra o mal, com um povo virtuoso lutando pela sua vontade em detrimento de

---

<sup>4</sup> Hawkins e Kaltwasser (2017) vão explicar que esse tipo de movimento foi facilitado pelas rápidas mudanças sociais e econômicas que aconteciam naquele momento na América Latina, como um imenso êxodo rural reunindo, nas cidades, uma grande quantidade de pessoas em condições de subsistência ruins, o que acabou induzindo sua mobilização..

<sup>5</sup> Os conceitos ii e iii são similares, mas, segundo Hawkins e Kaltwasser (2017), o terceiro é mais amplo.

elites corruptas – com diferentes grupos podendo assumir os dois papéis, não só por ricos e pobres, como pudemos observar, por exemplo, durante a pandemia de covid-19, com não especialistas sendo mobilizados contra especialistas, no que tange os cuidados a serem tomados em relação à doença. Dessa forma, as ações tomadas pelo grupo no poder, representante do “povo virtuoso”, estariam de acordo com a verdadeira vontade do povo, devendo ser respeitada como tal e indo contra quaisquer minorias e instituições que se colocarem no caminho.

Essa visão, que coloca o populismo como ideologia, é corroborada por Mudde (2007; 2016), que adiciona: os PDRP’s, em geral, “tomam para si o papel de ‘voz do povo’ e acusam os partidos estabelecidos de estarem em negociatas uns com os outros em detrimento da população” (MUDDE, 2016, p. 296)<sup>6</sup>.

### Ascensão dos PDRP’s

Os partidos da família da direita radical populista são relativamente novos, tendo surgido nas décadas de 1970-1990 e, desde então, se arraigado como grupos relevantes em diferentes países.

Tudo começou nas décadas de 1960-1970, com a revolução de costumes que ocorreu em diferentes lugares do mundo, em especial na Europa Ocidental. Em um momento de prosperidade econômica e de diminuição de desigualdades, questões econômicas deixaram de ser a principal preocupação naquelas sociedades, dando lugar a uma pauta pós-materialista – dado que esse tipo de necessidade estava sanado para a maior parte da população -, como questões ambientais, de igualdade de gênero, de sexualidade, entre outros.

Assim, surgiram novos partidos para representar esses clamores, como por exemplo, os partidos verdes, que vieram compor o que ficou conhecido como a *nova esquerda*, bastante ligada à um liberalismo cultural e a defesa de diferentes estilos de vida, alternativos ao que era considerado tradicional naquele período (BORNSCHIER, 2010).

Nesse cenário, a direita “reagiu”, com o surgimento de partidos que viriam a ser identificados como pertencentes à direita radical populista. Esses partidos representavam pessoas que desconfiavam das mudanças defendidas pela nova esquerda,

---

<sup>6</sup> Do original “Populist radical right politicians claim to be “the voice of the people” and accuse the established parties of being in cahoots with each other”. Tradução própria.

“questionando a legitimidade de decisões políticas que habilitaram valores universalistas” (BORNSCHIER, 2010, p. 5), passando também a promover novas temáticas, como um forte discurso contra a imigração.

Esses partidos, a bem da verdade, começaram defendendo pautas libertárias, quase anarcocapitalistas – representando, em essência, a desconfiança de uma parte da população frente às instituições estabelecidas, especialmente se pensarmos no contexto de declínio do estado de bem-estar social e nas crises econômicas, a partir, principalmente, da década de 1970.

Contudo, com a gradual liberalização e internacionalização da economia, além do surgimento de novos organismos supranacionais, como a União Europeia, esses partidos aos poucos passaram a adotar posições protecionistas e nacionalistas, uma vez que seus eleitores acabaram se tornando os “perdedores” da globalização, com empregos de baixa qualificação sendo alocados em outros países (ou para imigrantes) e com o desmonte do estado de bem-estar social da maneira como existia até os anos 1970 (FIORI, 1997; BORNSCHIER, 2010).

Esses partidos se baseariam então em uma perspectiva que “combina o foco na redistribuição com um discurso de exclusão sobre quem pode se beneficiar dos serviços do estado de bem-estar social” (AKKERMAN et al., 2017, p. 4), com ideias revolvendo a ideia de que era preciso que os países se ‘fechassem’ para que preservassem a sua população, tanto economicamente quanto do ponto de vista cultural. Seriam grupos anti-cosmopolistas, em uma nova perspectiva de encarar divisões políticas, para além dos clássicos conflitos de distribuição (BORNSCHIER, 2010).

Esses partidos teriam ganhado força novamente após as crises econômicas derivadas da crise de 2008 e das crises migratórias enfrentadas no continente europeu, com um aumento do nativismo e, agora, PRDP’s institucionalizados e impulsionados por mídias digitais (EMPOLI, 2020; BRUZZONE, 2021), como o *Chega*, em Portugal, o *Vox*, na Espanha, a *AFD*, na Alemanha, e o *Rassemblement National*, na França, por exemplo.

Entretanto, esse processo ocorreu de maneira diferente na América Latina. Zanotti e Roberts (2021) vão mostrar que, dada a desigualdade presente na região, uma de suas características mais notórias, questões pós-materialistas não tiveram premência na agenda política da região.

Isso porque, no período em que a ascensão dos PRDP’s se deu na Europa, a região latino-americana passava por seguidas e graves crises econômicas, primeiro

relacionadas às Crises do Petróleo (1973 e 1979), mas também à crise da dívida americana (1982) e às crises dos mercados emergentes nas décadas de 1990 – que acabaram levando, por exemplo, à hiperinflação.

Essas crises foram combatidas por governos neoliberais, que lograram em supera-las, organizando a estrutura macroeconômica desses países. Em detrimento, porém, do combate à desigualdade, que permaneceu marcante na região. Assim, cresceram partidos populistas de esquerda, que se impulsionaram a partir desse debate, prometendo, se chegassem ao poder adotar políticas econômicas estatistas e melhorar a distribuição de renda. Exemplo de lideranças desses movimentos são Hugo Chavez, na Venezuela, Evo Morales, na Bolívia, e Rafael Correa, no Equador.

Nesse período, uma série de grupos de esquerda venceu as eleições presidenciais em diferentes países na região, formando o fenômeno que veio a ser conhecido como *onda rosa*, incluindo os exemplos já citados, que, ao chegar ao poder, cumpriram suas promessas e implementaram as políticas mencionadas, se beneficiando de um bom momento econômico, derivado da organização da estrutura de contas públicas legada por seus antecessores e de um *boom* no preço de *commodities*, e construindo governos bem sucedidos e bastante populares.

Isso trouxe diversas dificuldades para os grupos à direita do espectro político na região, em termos de competição eleitoral, dadas as adversidades inerentes à “bater de frente” com grupos políticos que fazem governos bem-sucedidos. Nesse caso, por exemplo, os grupos à direita perderam a atração do discurso econômico liberal e das possibilidades que esse habilitaria, uma vez que a economia já ia bem. Dessa forma, a *onda rosa* se manteve por algum tempo.

Assim, esses grupos tiveram de buscar outros fatores para se tornarem novamente competitivos na arena eleitoral, o que levou, com o tempo à politização de questões culturais, que mobiliza fortemente o eleitorado sem a necessidade de se alterar o discurso econômico defendido por tais grupos (KALTWASSER, 2014) – levando à atual configuração dos PDRP’s na América Latina. O momento político favoreceu a ascensão de tais partidos também por seu comportamento populista, que pôde se evidenciar a partir de crises enfrentadas pelos governos da região (tanto econômicas quanto sócio-políticas) e da revelação de escândalos de corrupção. Esses partidos, de acordo com Tanscheit e Zanotti (2023), se caracterizariam também pelo seu

autoritarismo social, focado em políticas de *mano dura*<sup>7</sup> e, no cone-sul, pela relativização dos eventos de ditaduras militares.

O historiador português Fernando Rosas (2023), inclusive, disse, em entrevista ao Canal Meio, que o momento atual lembra o que ocorreu no início do século XX, com partidos da direita tradicional se aliando a radicais para conseguir votos, apoio e popularidade, uma vez que estes representam movimentos de massas.

Os PDRP's, agora, são impulsionados pelo modo como funcionam os algoritmos das mídias digitais – que, prezando por conteúdo que engaje e mantenha as pessoas logadas, priorizam mostrar aquilo que gere emoções fortes, como a indignação, reforçando as posições já estabelecidas e contribuindo para a criação de um ambiente político polarizado em diferentes lugares no mundo. Além disso, pode-se dizer que esses grupos políticos se adequaram muito bem aos novos ambientes digitais, sabendo navegar ali com novas e eficientes estratégias de comunicação, incluindo a manipulação das mídias através de *bots*, *fake news* e campanhas orquestradas (EMPOLI, 2020; BRUZZONE, 2021; MELO 2020).

Isso ocorreria a partir de uma realidade alternativa *on-line*, que, nas palavras de Applebaum: “se desenvolve de modo orgânico; com mais frequência, é cuidadosamente formulada, com a ajuda de técnicas modernas de *marketing*, segmentação do público e campanhas nas mídias sociais” (APPLEBAUM, 2021, p. 37).

Assim, os políticos ligados à direita radical populista (DRP) hoje, apesar de se adequarem às estratégias e discursos dos novos tempos, podem ser descritos como os primeiros partidos do tipo, com fortes traços populistas iliberais, que minam o regime democrático liberal por dentro, atentando contra instituições formais e informais estabelecidas (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018) – tanto que muito se fala, hoje, com o crescimento da DRP, de um período de decadência democrática, representado pelas eleições de figuras como Donald Trump, Boris Johnson, Giorgia Meloni, e, claro, Jair Bolsonaro.

## Contexto Brasileiro

No Brasil, especificamente, a ascensão da direita radical populista ocorreu em um período muito peculiar da vida política nacional. Depois das jornadas de junho de

---

<sup>7</sup> As autoras descrevem essas políticas como a “imposição de penas severas contra o crime e a delinquência para garantir a lei e a ordem pública” (TANSCHKEIT e ZANOTTI, p. 367, 2023).

2013, o cenário político entrou em ebulição, ainda mais depois de uma disputa presidencial polarizada e repleta de ‘golpes baixos’. Viviam-se, até então, um momento de intensa polarização afetiva, especialmente por parte da direita (FUKS e MARQUES, 2020), que apenas se agravou ao longo dos anos.

Polarização afetiva, nesse caso, pode ser descrita como “um novo estágio na polarização política, que seria [...] autônomo em relação à ideologia” (NUNES e TRAUMANN, p. 135, 2023), com Fuks e Marques destacando que essa ocorre quando há “um aumento do desafeto entre grupos políticos rivais”, estando ligada à “identidade grupal” não envolvendo, necessariamente, partidos políticos – no caso brasileiro, girando ao redor da dicotomia petistas e anti-petistas (FUKS e MARQUES, pp. 3-4, 2020).

O ano de 2014 também marcou o início de outro fenômeno que afetou profundamente a política brasileira: a Operação Lava Jato, que investigou os mega-escândalos de corrupção na Petrobras. Em poucas palavras, esses esquemas se pautavam em favorecer empreiteiras em processos licitatórios em troca de vultuosos recursos de campanha.

Isso fazia muita diferença à época, uma vez que não existia financiamento público de campanhas políticas, sendo as doações de grandes conglomerados uma grande alavanca na competitividade de determinado candidato, de modo que a maior parte dos partidos se envolveu em esquemas do tipo. Contudo, os mais afetados no caso da Petrobras foram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Progressista (PP) e o PT (LIMONGI, 2023).

Limongi vai explicar que a Operação teve altos e baixos, além de facções que tinham visões divergentes sobre quem comandava os esquemas descobertos, separando, principalmente, o grupo de Brasília, que acreditava serem os caciques do MDB os ‘chefes’, e o grupo de Curitiba, que projetava isso no PT.

Em suma, o cientista político diz que, após disputas internas e um arrefecimento do ímpeto da Operação, com o sistema político parecendo virar a página em relação às descobertas na Petrobras, ocorreu a prisão do senador Delcídio do Amaral (PT/MS), que teria deixado o sistema político em polvorosa e dado força à Eduardo Cunha (MDB/RJ), presidente da Câmara dos Deputados, em sua disputa com a então presidente da República, Dilma Rousseff. Cunha via movimentos da presidente, como a ‘faxina’ do governo e, em especial, da Petrobras – retirando aliados do presidente da Câmara de posições importantes -, como ataques pessoais, passando a ameaçar Rousseff com o

impeachment.

Para Limongi, o deputado só conseguiu apoio após a classe política perceber que todos poderiam estar ameaçados pela Lava Jato, apoiada por Dilma, que buscou dar apoio ao Ministério Público e às instituições investigativas durante o processo. Parte dos parlamentares tinha a esperança de reverter esse processo com a queda de Dilma e a ascensão de Temer à presidência.

Além disso, o biênio 2015/2016 marcou um período muito conturbado economicamente, com o país passando pela maior recessão de sua história, onde o governo teve de lidar com as consequências de importantes crises externas, com a crise europeia (CORSALETTE, 2023; BARROS, 2022) e o “fim da política de estímulos do federal reserve” (BARROS, 2022, p. 320), crises ambientais, com uma seca que levou ao aumento do preço de energia e, principalmente, de erros de política econômica do próprio governo, que foram da intervenção em preços de petróleo e energia à queda forçada da taxa de juros, passando por medidas como a desoneração de diferentes setores da economia. Esse cenário apenas se deteriorou com a aplicação de manobras contábeis aplicadas com o governo para “poder dizer que cumprira a meta fiscal” (BARROS, 2022, p. 310), o que levou à perda de credibilidade.

De forma sucinta e precisa, Thomas Traumann resume o período da seguinte maneira:

o núcleo da Grande Recessão é brasileiro feito jabuticaba, dos subsídios empresariais incorporados como margem de lucro à contabilidade criativa nas contas públicas, da leniência com a inflação à irresponsabilidade fiscal do Congresso, da política de juros descolada da inflação à corrupção na Petrobras (2018, p. 285).

Após o *impeachment*, assumiu o governo uma coalizão composta principalmente por MDB e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), rival histórico do PT em eleições presidenciais. Na ocasião, apesar de terem sido promovidas propostas importantes, cujo efeito observamos ainda hoje, como o teto de gastos, a reforma da previdência e a reforma do ensino médio, não se conseguiu enfrentar as duas questões prementes para a sociedade naquele momento: a debacle econômica e o aumento da insegurança pública (ZANOTTI e ROBERTS, 2021).

Isso, aliado a novas denúncias de corrupção – a Operação Lava Jato ainda estava em pleno funcionamento, por exemplo –, inclusive com a votação de novos pedidos de

*impeachment* na Câmara dos Deputados, negados, levou o governo Temer (2016-2018) a ter uma das piores avaliações da história.

Dessa forma, os principais partidos do sistema político brasileiro pós-redemocratização – PT, PMDB/MDB e PSDB –, ficaram marcados por passagens ruins recentes pelo governo, o que certamente teve impacto nas eleições de 2018 (ZANOTTI e ROBERTS, 2021; BORGES, 2023; TANSCHKEIT e ZANNOTTI, 2023). A combinação de crise política, crise econômica, crise social e denúncias de corrupção levaram à criação do caldo de revolta, de *que se vayan todos*, onde os brasileiros decidiram entregar o poder à um “outsider”, não percebido como alguém pertencente ao *establishment* político e que se declarava como contra “tudo isso que está aí”: o candidato da direita radical populista, Jair Bolsonaro.

Vale ressaltar que, para além desta conjuntura, as eleições de 2018 foram bastante peculiares, em termos estruturais, como descreve Nicolau (2020). Isso porque o vencedor foi o candidato que dispunha de menos tempo de televisão, menos recursos de campanha e menos alianças no mundo político – uma figura isolada em todos os sentidos, que provavelmente não teria sido eleito em nenhuma das eleições da Nova República (desde 1985) – que enfrentou candidatos fortes nesse sentido, como o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que tinha em grandes quantidades tudo o que lhe faltava.

Nesse contexto, Bolsonaro elegeu-se em um partido pequeno, o PSL, puxando consigo àquela que se tornou a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, sem contar com candidatos de outros partidos que surfaram a onda do fenômeno eleitoral bolsonarista, com muitos sendo alçados a um cargo legislativo pela primeira vez. Assim, surgem questionamentos relevantes: qual a diferença destes parlamentares da Nova Direita para aqueles da Direita Tradicional que já predominava no Brasil? Quem são esses parlamentares? Como podemos definir a bancada bolsonarista eleita em 2018? É isso que tentarei responder nas próximas páginas.

## Metodologia

O atual estudo objetiva compreender e descrever um fenômeno não causal, a partir de uma abordagem qualitativa-quantitativa, tendo como tema a ascensão da direita radical populista ao poder no Brasil e como pergunta de pesquisa quais as diferenças,

quando observadas as elites partidárias – aqui entendidas como parlamentares eleitos ao Congresso Nacional -, entre partidos da direita tradicional brasileira e PDRP's?

Como as diferenças percebidas podem ser amplas, adotar-se-á um escopo específico para análise, buscando compreender, principalmente, divergências em posições relativas a aspectos culturais (de comportamento) e em padrões de recrutamento – deixando de lado, em um primeiro momento, questões econômicas, por exemplo.

Para tentar buscar uma resposta à tal questão, foram desenhadas duas estratégias principais. Primeiro, buscar-se-á construir uma base de dados com informações pertinentes de deputados federais de direita eleitos em 2018 – do básico, como partido e estado à detalhes mais específicos, como por exemplo, se aquela foi a primeira vez que tal pessoa foi alçada a um cargo eletivo e se tinha ou não alguma conexão com a atuação política antes de ser eleito pela primeira vez.

No caso de conexões com algum tipo de atuação política, buscar-se-á agregar os deputados onde essa identificação é possível em grupos amplos – a priori formando 9 categorias: (i) participação no movimento sindical, tanto patronal quanto de trabalhadores; (ii) ocupação de cargos públicos não eletivos; (iii) a presença de políticos na família; (iv) atuação como ativista; (v) conexões com a militância de um partido; (vi) atuação de destaque em movimentos da sociedade civil; (vii) ligação com a figura de determinado político, excluídas as conexões familiares; (viii) sua classificação como figura pública ligada ao campo político<sup>8</sup>; e (ix) participação no movimento estudantil. Como um parlamentar pode se encaixar em mais de uma dessas definições, estes poderão ser contabilizados mais de uma vez.

Para dividir os deputados no espectro ideológico, se usará a classificação de Borges e Vidigal (2023), construída a partir de scores médios de *surveys* realizadas com parlamentares – a estimativa de Zucco e Power (2020) e as pesquisas do *Political Representation, Executives and Political Parties* (PREPPS, 2006, 2011, 2015 e 2018) e *V-Party* (2020) – e da classificação de Codato *et al* (2018). Aqui, a divisão é simples, entre esquerda, centro e direita, sem levar em consideração o espectro ampliado de Mudde (2007).

Nesse momento, os parlamentares serão divididos como pertencentes à direita

---

<sup>8</sup> Se tentará restringir o escopo dessa categoria, que deverá abranger apenas conexões claras com algum tipo de política, sendo levados em consideração, principalmente, jornalistas que trabalharam na área, personagens que ocuparam cargos eletivos em esferas privadas, como clubes de futebol, e pastores/dirigentes de igrejas evangélicas.

tradicional ou à nova direita, com base nos partidos definidos por Borges (2023) como divergentes do grupo anteriormente estabelecido (PSL, Podemos e Novo). Esses partidos PSL, Podemos e Novo serão classificados como um grupo a parte, ligado à nova direita, respectivamente, por: (i) ser o partido ao qual Bolsonaro, maior representante da direita populista radical no Brasil, estava filiado à época da eleição presidencial de 2018; (ii) ser “o braço político-partidário da operação Lava Jato”; e (iii) por representar “a variante ultraliberal do novo populismo” (BORGES, 2023, p. 8), agregando a isso, ideias como o anti-petismo e o alinhamento à Lava Jato (BORGES, 2023, p. 8).

É necessário ressaltar, porém, que a nova direita que surge no Brasil na última década é bastante heterogênea, como descrito em Rocha (2021), o que pode indicar que estes partidos tenha diferenças significativas entre si, impedindo de classificar todos puramente no grupo *direita radical populista* – apesar das posições destes, especialmente entre PSL (agora União Brasil) e Novo, terem convergido nos últimos anos<sup>9</sup>. Uma linha de análise que poderia variar desta é pesquisar até que ponto esses três partidos compartilham as características da direita populista radical descritas por Mudde (2007; 2016) e Tanscheit e Zannotti (2023).

Com isso, ter-se-á a possibilidade de se observar um perfil dos parlamentares eleitos pela DRP naquele ano, assim como a oportunidade de, desde já, se buscar idiosincrasias que possam diferenciar tais grupos. Os perfis serão construídos a partir de dados disponibilizados nas páginas de deputados, de partidos, de assembleias municipais e estaduais e da Câmara dos Deputados.

Com esses dados em mãos, tentar-se-á analisar os dados da pesquisa de Elites Parlamentares na América Latina (PELA) 2019, realizada pelo Observatório de Elites Parlamentares na América Latina da Universidade de Salamanca (PELA-USAL), em parceria com o Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A pesquisa traz o relatório de *surveys* aplicadas junto a uma amostra de deputados federais, por representarem um grupo mais heterogêneo da elite política, em 18 países diferentes, com cada questionário sendo adaptado a determinada localidade<sup>10</sup>. As amostras são escolhidas proporcionalmente à representação dos

---

<sup>9</sup> Pode ser notado através das mudanças que ocorreram na direção do Novo, com a saída de João Amoêdo do partido, e ações tomadas pelo seu principal representante, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, havendo uma guinada conservadora no ideário da instituição. O União, por outro lado, já dava mais destaque à defesa de pautas conservadoras desde antes da fusão entre PSL e Democratas.

<sup>10</sup> As informações sobre a metodologia do estudo podem ser encontradas no portal do Observatório, cujo

partidos nas casas, com a *surveys* de 2019, especificamente, tendo mais de 200 perguntas a 126 respondentes.

Uma vez que os grupos já estarão definidos, o objetivo aqui será observar características que os diferenciem a partir das respostas de parlamentares à pesquisa. Para tanto, serão selecionadas perguntas que possam servir como parâmetro para medir as características que são intrínsecas à DRP (populismo, xenofobia e autoritarismo) e as observadas no eleitorado desse grupo – anti-petismo, anti-partidarismo e apoio à Operação Lava-Jato, como descrito por Borges (2023).

A pesquisa PELA 2019 foi escolhida para realizar uma análise mais aprofundada dos fatores que diferenciam a DPR do resto do espectro político, em especial da direita tradicional, por ter sido realizada diretamente com os parlamentares – o que contribui para a diminuição de vieses – e por ter uma ampla gama de questões, permitindo a análise de questões como a visão destes sobre as instituições, grupos específicos da sociedade, Lava Jato e questões ideológicas.

Para tanto foram selecionadas as perguntas que tratam dos seguintes temas, separados em 6 blocos:

1. Bloco descritivo – (i) divisão dos respondentes em campos ideológicos e (ii) se o parlamentar se considera do governo ou da oposição
2. Bloco instituições – (i) confiança no poder judiciário; (ii) confiança no STF; (iii) confiança no TSE; (iv) percepção de independência do judiciário; (v) confiança nos partidos; (vi) confiança na presidência; (vii) confiança no congresso; (viii) confiança nos funcionários públicos; (ix) confiança na rede Globo; (x) confiança na Folha de SP; (xi) confiança no Estadão; (xii) confiança no O Globo; (xiii) confiança nas forças armadas; e (xiv) avaliação das forças armadas.
3. Bloco Políticos – (i) avaliação Bolsonaro; (ii) avaliação Lula; e (iii) avaliação Moro.
4. Bloco Lava Jato – (i) apoio à Lava Jato e (ii) percepção das consequências da Lava Jato na corrupção.

5. Bloco Ideológico – (i) apoio à redução da maioria penal; (ii) apoio à união civil de pessoas do mesmo sexo; (iii) apoio à Pena de Morte; (iv) apoio à descriminalização do uso de drogas; (v) apoio à proibição da venda de armas; e (vi) apoio à legalização do aborto.

Aqui, levanta-se a hipótese provisória de que os parlamentares da direita radical populista estarão, em grande parte, ocupando um cargo eletivo pela primeira vez, com uma baixa taxa de atuação em militância partidária, mas com provável atuação anterior em movimentos sociais, uma vez que, como descrito em Rocha (2021), movimentos sociais de direita foram fortemente impulsionados na última década, com parlamentares importantes tendo aí sua origem, como Carla Zambelli, ligada ao grupo *Nas Ruas*, ou Kim Katagiri, ligado ao *Movimento Brasil Livre* (MBL).

Além disso, espera-se que possam ser observadas, a partir das respostas de parlamentares à PELA, as características definidas por Mudde (2007; 2016) como intrínsecas à DRP, as idiosincrasias descritas por Zanotti e Roberts (2021) e Tanscheit e Zannotti (2023) a tais grupos na América Latina – a preferência por políticas de *mano dura* no âmbito da segurança pública e a defesa de pautas de comportamento conservadoras, como ser contra a legalização do porte de drogas e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo – e de fatores essencialmente brasileiros, como os descritos por Borges (2023).

## Resultados

Antes de entrar nos dados da PELA 2019, que caracterizarão os grupos descritos ideologicamente, possibilitando, principalmente, a diferenciação entre direita tradicional e direita anti-política, serão apresentados alguns dados descritivos da legislatura iniciada naquele ano – agregados a partir de banco de dados de confecção própria.

Em 2018, os 513 deputados eleitos se dividiram em 30 partidos<sup>11</sup>, que, de acordo com a metodologia empregada por Borges e Vidigal (2023) e com os critérios adotados por Borges (2023), podem ser divididos da seguinte forma no espectro político:

---

<sup>11</sup> Siglas explicitadas em apêndice ao final do texto.

- Esquerda: Rede, PSOL, PCdoB, PT, PSB, PDT
- Centro: PROS, PSDB, MDB, SD, PHS, PTC, PPS, PMN, Avante, PV
- Direita: PSD, PTB, PSC, PR/PL, PRB/REP, DC, PP, DEM, PATRI e PRP
- Direita Anti-política: PSL, Novo e PODE<sup>12</sup>

Em relação aos perfis, dos 134 deputados ligados à esquerda, em 24 casos não se conseguiu identificar alguma conexão política prévia ao 1º mandato eletivo. Entre os 110 parlamentares restantes, foram identificadas ligações com as 9 categorias de conexão política mencionadas na seção *Metodologia*. Na esquerda, se destacam as conexões com o movimento sindical (46 deputados), a ocupação de cargos públicos (34) e a participação no movimento estudantil (30). Há ainda uma presença considerável de conexões familiares (22) – ou seja, parentes próximos que ocuparam cargos eletivos relevantes - e com movimentos da sociedade civil (19), para além dos já citados. As distribuições podem ser observadas na tabela 1, assim como as dos grupos restantes (centro, direita e direita anti-política) – vale destacar que os dados e porcentagens somados indicam um número maior que 100%, uma vez que os parlamentares podem se encaixar em mais de uma classificação.

No centro, foram eleitos 114 deputados, com 37 destes não tendo conexões políticas identificadas ao longo da pesquisa. Entre os 77 restantes, se destacam as conexões familiares (37) e a ocupação de cargos públicos (25), chamando a atenção o fato de não haverem ativistas ligados a este grupo.

Já em relação a direita tradicional, foram eleitos 193 deputados, dos quais 58 dos casos não possibilitaram quaisquer identificações políticas anteriores à primeira eleição bem-sucedida. Os outros 135 foram assim distribuídos:

Neste grupo, a presença de vínculos familiares se destaca bastante (61), sendo a principal conexão destes parlamentares com o mundo da política, em muitos dos casos. Há também uma presença relevante de ocupação de cargos públicos (43), se assemelhando ao observado em relação a grupos de centro. Por outro lado, observa-se o crescimento do número de parlamentares que podem ser classificados como figuras públicas em posições políticas relevantes (19), com a maior parte destes (13) tendo ligações com igrejas neopentecostais evangélicas.

Por fim, os parlamentares ligados à direita anti-política foram contabilizados em

---

<sup>12</sup> São retratados 29 partidos, pelo fato de o PPL não constar na classificação. Isso também afetou a contagem de deputados, que se somarão em 512.

71, não tendo sido encontradas conexões anteriores em 29 casos. A distribuição dos 42 restantes, nesse caso, é mais equilibrada, até pela quantidade de parlamentares eleitos. Porém, se destacam as ligações com a ocupação de cargos públicos (8), as conexões familiares (7) e o movimento sindical (7), chamando ainda a atenção divisões como a de ativistas (6) – com a presença de figuras relevantes aos novos movimentos de direita surgidos na década de 2010, descritos por Rocha (2021), como Carla Zambelli, fundadora do *Nas Ruas*, e Luiz Phillippe de Orleans e Bragança, fundador do *Movimento Liberal Acorda Brasil*, e de figuras públicas (6).

Pode-se dizer, ainda, que houveram *outsiders* – definidos aqui como parlamentares que estão em seu 1º mandato eletivo - em todos os campos políticos, alguns em maior quantidade, como na direita tradicional (31), outros em menor, como no centro (18) e na esquerda (15). Foram 107 deputados nessa condição, sendo 43 da direita anti-política, número que mais chama a atenção, especialmente se atentarmos para a distribuição deste, com 35 parlamentares sendo vinculados ao PSL – o que dá indícios de essa ser uma estratégia eleitoral cara ao grupo, como relatado em Borges (2023), que buscou se afastar de figuras da política tradicional, em consonância com o seu discurso contra elites, no melhor estilo *que se vayan todos*.

Tipo de vínculo	Esquerda	Centro	Direita	Direita Anti-política
Movimento sindical (1)	46 (34,32%)	10 (8,77%)	11 (5,69%)	7 (9,85%)
Cargo público(2)	34 (25,37%)	25 (21,92%)	43 (22,27%)	8 (11,26%)
Família (3)	22 (16,41%)	37 (32,45%)	61 (31,60%)	7 (9,85%)
Ativistas (4)	4 (2,98%)	0 (0%)	3 (1,55%)	6 (8,45%)
Militância partidária (5)	7 (5,22%)	4 (3,50%)	4 (2,07%)	2 (2,81%)
Movimentos da sociedade civil (6)	19 (14,17%)	8 (7,01%)	9 (4,66%)	3 (4,22%)
Ligação com determinado político (7)	3 (2,23%)	1 (0,87%)	1 (0,51%)	2 (2,81%)

Figura Pública (8)	5 (3,73%)	5 (4,38%)	19 (9,84%)	6 (8,45%)
Movimento estudantil (9)	30 (22,38%)	12 (20,52%)	11 (5,69%)	2 (2,81%)
Sem Identificação (10)	24 (17,91%)	37 (32,45%)	58 (30,05%)	29 (40,84%)
Número de deputados	134	114	193	71

Tabela 1: representação dos vínculos de parlamentares com a política antes do 1º mandato

## Pesquisa PELA

**blocoide01**

	Frequência	Percentual	Valid Percent	Cumulative Percent
Valido				
Esquerda	41	32,5%	32,8%	32,8%
Centro	18	14,3%	14,4%	47,2%
Direita	42	33,3%	33,6%	80,8%
Direita antipolítica	24	19,0%	19,2%	100,0%
Missing	1	,8%		
Total	126	100,0%		

Tabela 2: Distribuição dos parlamentares que responderam à PELA 2019 no espectro ideológico

**O (a) Sr. (a) se considera do governo ou da oposição? x blocoide01**

		blocoide01				Total	
		Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica		
O (a) Sr. (a) se considera do governo ou da oposição?	Governo	Contagem	5	7	26	18	56
		Row %	8,9%	12,5%	46,4%	32,1%	100,0%
		Column %	12,2%	38,9%	61,9%	75,0%	44,8%
		Total %	4,0%	5,6%	20,8%	14,4%	44,8%
	Oposição	Contagem	27	1	2	1	31
		Row %	87,1%	3,2%	6,5%	3,2%	100,0%
		Column %	65,9%	5,6%	4,8%	4,2%	24,8%
		Total %	21,6%	,8%	1,6%	,8%	24,8%
	Independente	Contagem	4	8	8	4	24
		Row %	16,7%	33,3%	33,3%	16,7%	100,0%
		Column %	9,8%	44,4%	19,0%	16,7%	19,2%
		Total %	3,2%	6,4%	6,4%	3,2%	19,2%
	N.R.	Contagem	5	2	6	1	14
		Row %	35,7%	14,3%	42,9%	7,1%	100,0%
		Column %	12,2%	11,1%	14,3%	4,2%	11,2%
		Total %	4,0%	1,6%	4,8%	,8%	11,2%
Total		Contagem	41	18	42	24	125
		Row %	32,8%	14,4%	33,6%	19,2%	100,0%
		Column %	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		Total %	32,8%	14,4%	33,6%	19,2%	100,0%

Tabela 3: Identificação dos parlamentares como oposição ou governo

A pesquisa PELA 2019 foi realizada com uma amostra de 126 deputados, divididos entre partidos de Esquerda (32,5%), Centro (14,3%), Direita Tradicional (33,3%) e Direita Anti-Política (19%). A maior parte dos parlamentares de Direita se identifica como sendo governista, com destaque para a Direita Anti-Política, onde esses chegam a 75% (na Direita Tradicional, 61,9%). Chama a atenção o tamanho dos grupos que se declaram independentes – entre 15% e 20% na direita como um todo -, índice que chega a 44,4% no centro. Com isso posto, passemos aos blocos de perguntas não descritivas.

## Instituições

	Esquerda	Centro	Direita	Direita Antipolítica
Poder Judiciário (4 = ótimo)	2,88	2,83	3,07	2,87
STF (4 = ótimo)	2,98	2,83	3,10	2,70
TSE (4 = ótimo)	3,10	3,11	3,07	2,91
Partidos (4 = ótimo)	3,07	2,89	3,02	2,71
Congresso (4 = ótimo)	3,12	3,11	3,20	3
Presidência (4 = confia muito)	2,35	3,33	3,37	3,33
Funcionários Públicos (4 = ótimo)	3,32	3,39	3,12	2,96
Forças Armadas (4 = ótimo)	3,15	3,56	3,56	3,75

Tabela 4: médias de confiança nas instituições, divididas no espectro político

O primeiro a ser analisado, sobre instituições, buscou tentar identificar o comportamento dos parlamentares entrevistados frente a uma miríade de instituições estabelecidas, passando pelos três poderes (judiciário, executivo e legislativo), a burocracia estatal, as forças armadas e a imprensa.

Sobre o judiciário, observa-se, entre as respostas da direita populista radical, uma desconfiança similar ao restante dos grupos do restante do espectro político. Porém, é necessário ressaltar que as respostas foram bem distribuídas. De modo geral, pode-se dizer que não havia, entre os entrevistados, uma desconfiança grande em relação à independência do judiciário.

Report			
blocoideo1	Média	N	Desvio padrão
Esquerda	6,69	39	1,96
Centro	6,65	17	2,21
Direita	7,10	40	1,92
Direita antipolítica	7,45	22	2,22
Total	6,97	118	2,03

Tabela 5: Opinião sobre a independência do judiciário através do espectro político<sup>13</sup>

É curioso que, apesar de nos últimos tempos terem ocorrido diversos confrontos

<sup>13</sup> 10 = máxima independência.

entre a direita radical populista e o mundo jurídico – vide os ataques de Bolsonaro ao STF e ao TSE -, à época, o grupo parecia endossar as ações deste poder, ou confiar mais nele, como um todo, do que outros grupos. Exemplo disso é a avaliação sobre a independência do judiciário, com a maior média de respostas indicando uma percepção de grande independência sendo associadas a esse grupo.

Isso pode ser um indício do apoio da DPR à Operação Lava Jato, característico dos eleitores desse grupo (BORGES, 2023), que acabou incitando uma impressão de atuação independente do judiciário. Além disso, pode-se dizer que o grupo não foi um dos afetados pela atuação da Operação, que, como descrito por Limongi (2023), atingiu em cheio o *establishment* político.

Até porque, a situação muda um pouco quando se individualiza essa avaliação em determinadas cortes. A direita anti-política é o grupo que menos confia na atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, os números são menores do que o esperado, com a maior parte de todos os grupos afirmando ter algum nível de confiança na atuação da corte. A confiança também é baixa quando se trata do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sendo essa uma percepção generalizada.

Em relação aos outros poderes, pode-se afirmar que há desconfiança em relação ao Congresso Nacional e a Presidência, mas em níveis muito baixos – podendo ser afetados pela participação ou associação com o governo, no caso da confiança na presidência, e pelo fato dos entrevistados serem parte integrante do Congresso Nacional.

Os partidos políticos, por outro lado, não são vistos como confiáveis pela DPR, destoando do resto do espectro político – havendo aqui uma diferença significativa frente à direita tradicional. Nesse sentido, a relação dos parlamentares com o funcionalismo público também se destaca, com a DPR, mais uma vez, destoando em sua desconfiança frente a tal grupo.

Report			
blocoideo1	Média	N	Desvio padrão
Esquerda	5,98	40	2,21
Centro	7,82	17	1,59
Direita	7,87	40	1,73
Direita antipolítica	8,41	22	1,44
Total	7,33	119	2,07

Tabela 6: Avaliação da atuação das Forças Armadas através do espectro político

As forças armadas, naquele momento, tinham relativa confiança em todo o espectro político – especialmente da direita populista radical, cujo índice de *confia*

*muito* chega a 75%. A desconfiança, nesse caso, cai à esquerda – e, mesmo assim, de modo singular. O mesmo ocorre na avaliação do papel das forças na atualidade. Aqui é utilizada uma pergunta diferente, que avalia as Forças Armadas de 0, ruim, a 10, ótimo, ao contrário da primeira questão envolvendo a organização<sup>14</sup>, que mede a confiança dos parlamentares nessa instituição (de 1, pouco, a 4, muito).

	Esquerda	Centro	Direita	Direita Antipolítica
Meios de Comunicação (4 = ótimo)	2,78	2,67	2,66	2,48
Rede Globo (10 = confia muito)	4,17	4,81	2,97	3,64
Folha de São Paulo (10 = confia muito)	5,47	5,13	3,22	3,41
O Estado de São Paulo (10 = confia muito)	5	5,13	3,49	3,82
O Globo (10 = confia muito)	4,61	5	3,14	3,82

Tabela 7: médias de confiança e avaliação de meios de comunicação, dividida pelo espectro político

A relação com os meios de comunicação tradicionais também salta aos olhos, dado que, de um modo geral, os parlamentares mostraram índices de confiança relativamente baixos frente aos principais veículos do país. No recorte feito, que separou os três principais jornais em circulação (Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo) e a maior rede de televisão (Rede Globo), os números são bastante similares, com a rejeição sendo um pouco maior à direita como um todo.

De modo geral, pode-se dizer que, neste recorte, os números que avaliam a confiança dos diferentes grupos políticos em relação às instituições surpreende. Especialmente os relativos à DRP e no que tange o poder judiciário, onde se tinha a expectativa, dado ao histórico de conflitos entre ambos, de avaliações negativas (taxas altas de desconfiança), o que acabou não ocorrendo. O mesmo vale para os meios de comunicação tradicionais.

O que está, contudo, de acordo com a bibliografia, é a avaliação deste grupo em

<sup>14</sup> Apresentada na tabela 4.

relação ao funcionalismo público – que, no caso brasileiro, é visto como uma das elites cujo discurso populista se opõe (ZICMAN e LAGO, 2022). Está, também, de acordo com o esperado a desconfiança frente a partidos políticos, algo que pode ser considerado normal, haja vista que a maior parte dos representantes da DRP podem ser considerados *outsiders*.

## Figuras Políticas

	Esquerda	Centro	Direita	Direita Antipolítica
Lula (10 = ótimo)	6,71	3,5	3,61	2,15
Bolsonaro (10 = ótimo)	2,77	6,33	6,81	7,5
Moro (10 = ótimo)	3,23	7,18	6,82	7,9

Tabela 8: médias da avaliação de figuras políticas, divididas no espectro político

Quando se passou à avaliação de figuras chave da política, se destacaram algumas idiossincrasias. O foco, aqui, foi em figuras relevantes, naquele momento, no contexto nacional, se estabelecendo, nominalmente, nas figuras de Jair Bolsonaro, Luiz Inácio Lula da Silva e Sérgio Moro.

Na avaliação de Lula, a esquerda concentra as impressões positivas, com o centro e a direita sendo distribuídos em notas baixas e a direita anti-política se concentrando nos piores números. A avaliação do atual presidente, nesse grupo, à época chegou a 45,8% de péssimo (a pior nota), sendo ali a pior média. A direita tradicional e o centro também aparece com números relevantes nessa categoria, mas ainda bem atrás, com médias de 3,61 e 3,5, respectivamente.

Um fenômeno similar, porém inverso, ocorre em relação a Bolsonaro, se observando uma avaliação mais positiva partindo da DRP, com as distribuições da direita tradicional e do centro sendo dispersas e a esquerda tendo uma visão mais negativa – o que já era esperado. O caso de Moro é, também, parecido com o de Bolsonaro. A DPR o avaliou melhor do que este (33,3% de ótimo x 25%), com centro e direita tendo avaliações bem distribuídas (concentradas, porém, em notas mais altas que a mediana) e a esquerda representando a maior parte das percepções negativas.

As avaliações positivas de Moro e Bolsonaro, por parte da direita anti-política, já eram esperadas - o primeiro pelo apoio do grupo à Lava Jato e o segundo por ser um

representante dessa direita iliberal. O interessante é ver a avaliação de Lula, que pode ser considerada como um indício do anti-petismo, tanto da direita tradicional quanto da direita anti-política, corroborando com os achados de Borges (2023).

## Lava Jato

A Operação Lava Jato foi um fenômeno complexo, que abalou sistemicamente as estruturas da política brasileira. Apesar de ter sido formada por grupos heterogêneos, esta acabou ficando personificada nas figuras de Sergio Moro e dos procuradores de Curitiba, que, como já descrito com base na obra de Limongi (2023), acreditavam que o centro das investigações deveriam ser políticos do PT. Isso certamente influenciou os resultados da PELA em relação à Operação, especialmente por esta ter ocorrido após a prisão de Lula.

Este bloco concentra basicamente duas questões: (i) na opinião do deputado, a Lava Jato deve ser apoiada sem ressalvas, com ressalvas ou ela está equivocada? e (ii) com a Lava Jato, o que você acha que vai acontecer com a corrupção no Brasil?

### Report

blocoideo1	Média	N	Desvio padrão
Esquerda	1,95	38	,70
Centro	1,29	17	,47
Direita	1,35	34	,49
Direita antipolítica	1,33	21	,48
Total	1,55	110	,63

Tabela 9: Opinião sobre a Lava Jato através do espectro político<sup>15</sup>

		blocoideo1				Total	
		Esquerda	Centro	Direita	Direita antipolítica		
Você acredita que depois da operação lava jato a corrupção no Brasil irá?	Diminuir	Contagem	14	15	29	19	77
		Row %	18,2%	19,5%	37,7%	24,7%	100,0%
		Column %	34,1%	83,3%	69,0%	79,2%	61,6%
		Total %	11,2%	12,0%	23,2%	15,2%	61,6%
	aumentar	Contagem	2	1	0	0	3
		Row %	66,7%	33,3%	,0%	,0%	100,0%
		Column %	4,9%	5,6%	,0%	,0%	2,4%
		Total %	1,6%	,8%	,0%	,0%	2,4%
	Continuar como está	Contagem	21	1	8	3	33
		Row %	63,6%	3,0%	24,2%	9,1%	100,0%
		Column %	51,2%	5,6%	19,0%	12,5%	26,4%
		Total %	16,8%	,8%	6,4%	2,4%	26,4%
	N.S.	Contagem	1	0	0	0	1
		Row %	100,0%	,0%	,0%	,0%	100,0%
		Column %	2,4%	,0%	,0%	,0%	,8%
		Total %	,8%	,0%	,0%	,0%	,8%
N.R.	Contagem	3	1	5	2	11	
	Row %	27,3%	9,1%	45,5%	18,2%	100,0%	
	Column %	7,3%	5,6%	11,9%	8,3%	8,8%	
	Total %	2,4%	,8%	4,0%	1,6%	8,8%	
Total	Contagem	41	18	42	24	125	
	Row %	32,8%	14,4%	33,6%	19,2%	100,0%	
	Column %	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	Total %	32,8%	14,4%	33,6%	19,2%	100,0%	

Tabela 10: Opinião sobre consequências da Lava Jato em relação à corrupção

Em relação à primeira, grande parte dos parlamentares respondeu que a

<sup>15</sup> 1 = deve ser apoiada sem ressalvas; 2= deve ser apoiada com ressalvas; 3 = está equivocada.

Operação deveria ser apoiada sem ressalvas, com justamente a esquerda fazendo um contraponto de maior desconfiança – concentrando-se em um apoio com ressalvas, algo coerente tanto em relação a seu contraponto em relação à Curitiba quanto em relação às posições do partido, que foi responsável por parte das mudanças que possibilitaram a Operação, como o fortalecimento de órgãos de investigação (LIMONGI, 2023; ABRAMOVAY e LOTTA, 2022).

Já no que tange às consequências da Lava Jato para a corrupção no país, o mesmo padrão se manteve, com certo otimismo de grupos de centro, direita tradicional e direita anti-política – que, em sua maioria, acreditavam que a corrupção diminuiria -, e pessimismo por parte da esquerda, que imaginava que as coisas continuariam como estavam.

Ambos os conjuntos de respostas se alinham com o encontrado na bibliografia, que releva apoio à Operação por parte de grupos de eleitores da DRP (BORGES, 2023). Contudo, essa não é uma posição de destaque desse grupo político, haja vista que o apoio à mesma é maior junto ao centro e é tão significativo quanto junto à direita tradicional.

## Comportamento

	Esquerda	Centro	Direita	Direita Antipolítica
Redução da maioria penal (10 = contra)	7,10	3,24	3,62	2,9
União civil de pessoas do mesmo sexo (10 = contra)	2,78	4,75	6,28	5,29
Apoio à pena de morte (10 = contra)	8,63	6,71	7,39	5,9
Descriminalização do uso de drogas (10 = contra)	4,79	6,88	7,05	7,95
Proibição da venda de armas (10 = contra)	4,68	5,53	5,97	7,19
Legalização do aborto (10 = contra)	5,05	8,24	7,82	8,05

Tabela 11: médias, divididas no espectro político, relativas às questões comportamentais (pauta de costumes)

Por fim, tentemos decifrar as respostas relativas ao bloco de perguntas comportamentais, que abrange perguntas relacionadas a (i) apoio à redução da maioria penal; (ii) apoio à união civil de pessoas do mesmo sexo; (iii) apoio à Pena de Morte; (iv) apoio à descriminalização do uso de drogas; (v) apoio à proibição da venda de armas; e (vi) apoio à legalização do aborto – pautas que, normalmente, suscitam opiniões fortes e definem lados claramente.

As respostas mostram apoio, especialmente por parte da DRP, à redução da maioria penal – com a esquerda sendo contrária -, um pequeno apoio desse grupo à pena de morte, apesar de as respostas serem bem mais distribuídas, com a maioria sendo contrária ou tendendo à contrariedade, e com forte apoio deste à liberação da venda de armas de fogo.

Isso está em consonância com o descrito por Mudde (2007; 2016), na Europa, e por Zanotti e Roberts (2021), na América do Sul – com a direita radical populista apresentando níveis significativos à políticas autoritárias, no sentido de políticas fortemente voltadas para a manutenção da ordem, geralmente representadas pela defesa de políticas de segurança restritivas e voltadas para um aspecto punitivista, como descrito por Tanscheit e Zannotti (2023).

No que tange à legalização do uso de drogas e a legalização do aborto, tem-se uma rejeição em relação ao primeiro, com destaque à DRP (as respostas da esquerda são bastante distribuídas), e uma situação similar em relação ao segundo – porém com índices ainda maiores de rejeição, tanto do centro, quanto da direita como um todo.

## Conclusão

A direita radical populista vem crescendo no país nos últimos anos, com idiosincrasias e transformações que são típicas de famílias de partidos que se institucionalizam com o tempo. Da mesma forma, assim como esse grupo é heterogêneo na Europa, era de se esperar que, em sua transição para a América Latina, adaptações fossem feitas em seu discurso e atuação.

Aqui, continuamos a observar o caráter populista e autoritário – inclusive com “novas tintas”, uma vez que essa questão vai além de políticas de segurança no conselul, como constatam Tanscheit e Zannotti (2023) – dessa família de partidos, com o seu caráter xenófobo sendo deixado de lado, em prol da ascensão de outros grupos à posição

de adversários, como constataam Zanotti e Roberts (2021).

Esse caldo é nítido no Brasil, onde um contexto de revelações de escândalos de corrupção e de governos fracassados de todo o *establishment* político abriu a possibilidade para a ascensão da direita populista radical ao mais alto cargo da República. Nunes e Traumann ressaltam, inclusive, que “o radicalismo político não surge por geração espontânea” sendo “resultado de um descrédito das instituições e da política como forma de resolver problemas reais da sociedade” (NUNES e TRAUMANN, pp. 208-209, 2023).

Contudo, em 2019, não era exatamente claro o que era esse grupo político, uma vez que, assim como qualquer outro, ele é bastante heterogêneo – indo de ativistas e ideólogos ultraliberais, como descreve Rocha (2021), até o grupo bolsonarista, sua variante mais extremada dada a “utilização de uma retórica abertamente antidemocrática e iliberal, e pelos vínculos orgânicos com as Forças Armadas e polícias militares” (BORGES, 2023, p. 9).

Assim, uma análise um pouco mais aprofundada sobre os perfis dos deputados eleitos para a legislatura que se iniciava em 2019 e as repostas destes a uma *survey* bastante ampla poderia abrir espaços e esclarecer situações, mostrando um pouco mais quem realmente chegou ao poder naquelas eleições – especialmente no que tange diferença entre esse grupo e a direita tradicional no país.

Os resultados de ambas corroboraram com parte da bibliografia já estabelecida, principalmente se considerarmos a obra seminal de Mudde, *A conceptual Framework* (2007), que trata da direita radical populista como um todo (inclusive introduzindo o conceito) e os textos de Zanotti e Roberts (2021) e Borges (2023), que trazem esse enquadramento teórico para a América Latina e, mais especificamente para o Brasil.

Nesse sentido, os principais resultados advindos dos perfis mostram a concentração de votos da direita radical populista em estados específicos, como São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto outros grupos do espectro político se distribuem bem mais pelo território. Além disso, como argumenta Borges (2023), mostra a importância para a DRP da estratégia de recrutar *outsiders* como quadros do partido para a disputa eleitoral – com a maior parte das candidaturas do PSL atendendo a esse critério.

Por outro lado, eles também mostram que não se observam conexões políticas prévias com peso maior dentro da direita populista radical, como em outros grupos – talvez, inclusive, uma consequência da quantidade de candidatos eleita.

As repostas à *survey* PELA 2019 também trouxe implicações nesse sentido,

uma vez que, com base nos resultados agregados, pode-se dizer que há indícios, nas elites partidárias da DPR, que corroboram com o que foi encontrado por Borges (2023) na sua pesquisa sobre o eleitorado deste grupo – a saber, características como o anti-partidarismo, o anti-petismo e o apoio à Operação Lava Jato.

Desses, o único que precisaria de maior aprofundamento, por não haverem questionamentos claros em relação a ele, seria o anti-petismo – que, mesmo assim, pode ser intuído a partir das respostas relativas à avaliação da figura de Luiz Inácio Lula da Silva. Fora isso, vê-se um apoio claro à Operação Lava Jato, que, contudo, não é exclusivo da DPR, e um anti-partidarismo. Não foi notado, por outro lado, um anti-institucionalismo forte que seja particular a esse grupo, com avaliações sobre a imprensa, por exemplo, sendo transversais.

Vale ressaltar também que puderam ser destacados aspectos importantes das definições de Mudde (2007; 2016) e Zanotti e Roberts (2021), como o populismo, a partir da contraposição da DPR em relação ao funcionalismo público – encarado por este como uma espécie de elite a ser combatida – e o autoritarismo, o que ficou claro a partir da análise de perguntas relacionadas à segurança e comportamento.

Nessas questões, a DPR destoou bastante do resto do espectro político, especialmente no que diz respeito à liberação da venda de armas e da redução da maioria penal – o que corrobora com o conceito de autoritarismo social, mencionado por Tanscheit e elaborado por Mudde, que vai tratar de políticas de segurança restritivas, que prezam pela manutenção da ordem social.

O estudo tem falhas, mas, principalmente, tem indícios que podem abrir caminhos para futuras pesquisas relacionadas à direita radical populista no país, contribuindo para o crescimento de uma área de estudo que, provavelmente, se tornará cada vez mais relevante, dado que, desde que a direita “saiu do armário” no Brasil, com a eleição de Bolsonaro (ROCHA, 2021), o grupo da direita radical populista se tornou dominante nesse espectro – como pôde ser observado com o resultado das eleições de 2022. Dessa forma, é cada vez mais importante buscar entender o funcionamento e as motivações deste.

## Bibliografia

ABRAMOVAY, Pedro e LOTTA, Gabriela. A democracia equilibrada: Políticos e

burocratas no Brasil. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

AKKERMAN, A., et al. (2017). "'We the people' or 'we the peoples'?: A comparison of support for the populist radical right and populist radical left in the Netherlands." *Swiss Political Science Review* 23(4): 377-403.

APPLEBAUM, Anne. O crepúsculo da democracia: como o autoritarismo seduz e as amizades são desfeitas em nome da política. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2021.

BARROS, Celso Rocha de. PT, uma história. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BARROS, Thomas Zicman de e LAGO, Miguel. Do que falamos quando falamos de populismo. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, André (2023). Antipetismo, Antipartidarismo e Mobilização Eleitoral Populista: determinantes do apoio à nova direita antiestablishment. In Borges, A & Vidigal, R. Para Entender a Nova Direita Brasileira: Populismo, antipetismo e polarização. Porto Alegre: Editora Zouk (no prelo).

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. (eds). Para Entender a Nova Direita Brasileira: Polarização, populismo e antipetismo. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.

BORNSCHIER, Simon. "The new cultural divide and the two-dimensional political space in Western Europe." *West European Politics* 33.3 (2010): 419-444.

BRUZZONE, Andrés. Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital. São Paulo: Contexto, 2021.

CHAGAS, Viktor. Meu Malvado Favorito: Os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 34, nº 72, pp. 169-196. Janeiro-Abril, 2021.

CODATO A, Berlatto F and Bolognesi B. (2018) Tipologia dos políticos de direita no

Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*: 870-897.

CORSALETTE, Conrado. Uma crise chamada Brasil: a quebra da Nova República e a erupção da extrema direita. São Paulo: Fósforo, 2023.

EMPOLI, Giuliano da. Os engenheiros do caos. 1ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: Vestígio, 2020.

FIGUEIREDO, Janaína. Qué Pasa, Argentina?: história, política, manias e paixões dos nossos Hermanos. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2023.

FIORI, José Luís. **Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises.** *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 7(2): 129-147, 1997.

FUKS, Mário e MARQUES, Pedro. Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil. Paper preparado para apresentação ao 12º Encontro da ABCP, João Pessoa, PB. 2020.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. "La derecha en América Latina y su lucha contra la adversidad." *Nueva sociedad* 254 (2014): 34-45.

LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. Como as Democracias Morrem. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMONGI, Fernando. Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. 1ª Edição. São Paulo: Todavia, 2023.

MARTINS, Luísa, PERON, Isadora e PIMENTA, Guilherme. TSE condena Bolsonaro, que fica inelegível até 2030. Brasília: Valor Econômico, 30 jun. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/06/30/com-voto-de-carmen-lucia-tse-forma-maioria-para-condenar-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 5 out. 2023.

MELO, Patrícia Campos. A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MUDDE, Cas (2007). "A Conceptual Framework", in: Populist Radical Right Parties in Europe. Cambridge, UK. Cambridge University Press.

MUDDE, Cas. "Populist Radical Right Parties in Europe Today." Transformations of Populism in Europe and the Americas: History and Recent Tendencies. London: Bloomsbury Academic, 2016. 295–307. Bloomsbury Collections. Web. 3 Feb. 2016. [http:// dx.doi.org/10.5040/9781474225243.ch-016](http://dx.doi.org/10.5040/9781474225243.ch-016)

NICOLAU, Jairo. O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NUNES, Felipe e TRAUMANN, Thomas. Biografia do Abismo: Como a polarização divide famílias , desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2023.

ROCHA, Camila. Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Todavia, 2021.

ROSAS, Fernando. O fascismo nasce quando há crise da democracia liberal", diz Fernando Rosas. Entrevista a Pedro Doria. Canal Meio, 11 out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tbxQGJtWorQ>

SANDOVAL, Pablo Ximénez de. Donald Trump insulta mexicanos ao anunciar sua candidatura. Washington: El País, 17 jun. 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/17/internacional/1434507228\\_187374.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/17/internacional/1434507228_187374.html). Acesso em: 7 out. 2023.

TANSCHKEIT, Talita e ZANOTTI, Lisa. A ascensão da ultradireita na América Latina: Brasil e Chile em perspectiva comparada. In: BORGES, André; VIDIGAL, Robert. (eds). Para Entender a Nova Direita Brasileira: Polarização, populismo e antipetismo. Porto Alegre: Editora Zouk, pp. 361-393, 2023.

TRAUMANN, Thomas. O pior emprego do mundo: 14 ministros da Fazenda revelam

como tomaram as decisões que mudaram o Brasil e mexeram no seu bolso. São Paulo: Planeta, 2018.

ZANOTTI, Lisa e ROBERTS, Kenneth M. (Aún) la excepción y no la regla: La derecha populista radical en la América Latina. Revista Uruguaya de Ciencia Política, volumen 30/1, 2021.

ZUCCO Jr, Cesar, e POWER, Timothy J. (2021), "Fragmentation without cleavages? Endogenous fractionalization in the Brazilian party system". Comparative Politics, 53(3): 477-500.

## Lista de partidos

AVANTE - Avante

DC – Democracia Cristã

DEM - Democratas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

NOVO - Novo

PATRI - Patriota

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PODE - Podemos

PP – Partido Progressista

PPL – Partido Pátria Livre

PPS/Cid - Cidadania

PR/PL – Partido Liberal

PRB/REB - Republicanos

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PRP – Partido Republicano Progressista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL – Partido Social Liberal  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTC – Partido Trabalhista Cristão  
PV – Partido Verde  
REDE – Rede Sustentabilidade  
SD - Solidarietà

## Agradecimentos

Deixo aqui alguns agradecimentos. Primeiro, aos meus pais, Marcos e Elaine, por terem me dado todas as condições para que eu pudesse ser o que eu quisesse, dedicando tempo, amor e paciência em todos os momentos, trabalhando duro para que eu e meus irmãos pudéssemos ter tudo. Espero um dia estar a altura e poder retribuir um pouco de tudo o que fizeram.

Agradeço à Iasmin, por ter compartilhado tudo comigo ao longo dos anos e, assim como Marcos e Elaine, ter ficado comigo (e me aguentado) nos momentos mais pesados. Seu companheirismo, amor e inteligência trazem conforto e alegria, me fazendo querer ser melhor a cada dia.

Agradeço meus amigos, nas figuras de Ocimar, Ivan, Pedro Aquino, Pedro Braga, Jéssica, Leonardo, Letícia e Ana, pelos momentos de alegria, curiosidade, emoção, carinho, trabalho, entre tantas outras coisas que anos ao lado vocês me proporcionaram. As amizades são um dos motivos que fazem a vida valer a pena e, prometo que mesmo quando não me faço presente, continuo levando a todos dentro do coração.

Por fim, gostaria de agradecer aos professores, funcionários e à Universidade de Brasília. O período em que estive cursando Ciência Política foi curto e conturbado, afinal uma pandemia abalou as estruturas da sociedade como a conhecemos. Contudo, graças ao esforço de centenas de pessoas, pude obter a melhor formação possível sobre um tema essencial em um centro de excelência. Graças a vocês, hoje posso dizer que estudo o que amo. Espero um dia voltar e dar minha contribuição àqueles que virão!